VIVÊNCIAS EM PSICOLOGIA JURÍDICA EM DELEGACIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE ESCUTA E LIMITES DA PRÁTICA

Layla Gabriela Sobrinho
Acadêmica do 10° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). E-mail: laiy_l@hotmail.com

Profª Ms. Rosimeire de Moraes Amorim Naves
Mestra em Psicologia pela UFMT. Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). E-mail: rosimeire.amorim@univag.edu.br

O presente trabalho constitui um relato de experiência do Estágio Supervisionado Específico em Psicologia Jurídica, realizado em uma Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, da Criança e do Idoso, localizada em um município do estado de Mato Grosso. A instituição atua na prevenção, investigação e atendimento de situações de violência doméstica, sexual e psicológica envolvendo mulheres, crianças e adolescentes. A inserção no campo possibilita ao acadêmico o contato com práticas voltadas à garantia de direitos e à atuação interdisciplinar no contexto jurídico. O presente relato tem como objetivo descrever a experiência de estágio no contexto da escuta em uma delegacia especializada, com ênfase nos aspectos técnicos, éticos e institucionais que permeiam a prática da Psicologia Jurídica.

A escuta especializada é um procedimento técnico regulamentado pela Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (Brasil, 2017). Essa legislação diferencia a escuta especializada, realizada por profissionais da rede de proteção, do depoimento especial, conduzido por autoridades judiciais. Em ambos os casos, exige-se uma abordagem ética, empática e livre de induções, preservando a integridade psíquica da criança. Gomes e Silva (2015) ressaltam que o psicólogo jurídico deve favorecer a expressão espontânea da criança, utilizando perguntas abertas e evitando qualquer forma de revitimização ao longo do processo. Brito (2010) destaca que a escuta nesse contexto requer postura técnica e reflexiva, que considere os aspectos subjetivos do relato infantil e o impacto emocional da violência na memória e na narrativa da criança, reconhecendo-a como sujeito de direitos e não apenas como fonte de prova. Trindade e Beheregaray (2008) acrescentam que a atuação interdisciplinar e o compromisso ético são princípios estruturantes da Psicologia Jurídica, garantindo o equilíbrio entre acolhimento e rigor técnico. A importância de um ambiente acolhedor e seguro é também reforçada pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2009), que orienta toda a prática profissional no atendimento a populações em situação de vulnerabilidade.

A experiência caracterizou-se como observação participante, realizada de forma pontual ao longo do semestre de 2026/1 em uma delegacia especializada. A estagiária iniciou sua inserção em campo com aproximadamente duas semanas de atraso em relação ao cronograma previsto, em razão do período de aguardo para liberação institucional e formalização da parceria. As atividades foram realizadas semanalmente, às sextas-feiras no período da manhã. No decorrer do período de estágio, observou-se a ocorrência de limitações na prática de campo em virtude de

ISBN: 978-85-88900-14-1

fatores institucionais e acadêmicos, como a presença de feriados, semana de avaliações e baixa demanda de atendimentos no serviço. Identificou-se que a procura dos usuários pelo serviço foi reduzida durante o período de inserção, o que impactou diretamente o volume de atividades observadas e acompanhadas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao processo de transição institucional, uma vez que a delegacia encontrava-se em fase de mudança para um novo prédio, situação que se estendeu por mais de duas semanas consecutivas durante o período de estágio. Tal contexto interferiu na dinâmica de funcionamento do serviço, incluindo a organização dos atendimentos e do fluxo institucional. No primeiro dia de inserção em campo, não houve atendimento ao público, sendo possível observar apenas a dinâmica interna da equipe e aspectos relacionados às condições de trabalho, incluindo relatos de sobrecarga emocional por parte dos profissionais. No segundo dia, acompanhou-se um atendimento envolvendo denúncia de abuso sexual contra uma adolescente. Foram realizadas escutas com a responsável legal, enquanto as crianças foram atendidas separadamente pela psicóloga da unidade. Observou-se sofrimento emocional nos envolvidos, especialmente ao abordarem situações de violência intrafamiliar, bem como contradições entre os relatos apresentados. A participação da estagiária ocorreu sob supervisão profissional, envolvendo apoio no acolhimento inicial, organização do fluxo de atendimento e auxílio nos encaminhamentos institucionais, respeitando os limites éticos e técnicos da Psicologia Jurídica.

A experiência de estágio, ainda que breve, possibilitou a compreensão de aspectos técnicos da escuta especializada e evidenciou os desafios presentes na atuação em Psicologia Jurídica. Observou-se que a prática exige não apenas domínio teórico, mas também preparo emocional, postura ética e capacidade de lidar com situações complexas e, por vezes, contraditórias. Destaca-se, ainda, a importância de considerar os impactos subjetivos do trabalho tanto nos usuários quanto nos profissionais, especialmente diante da sobrecarga emocional associada ao atendimento de casos de violência, aspecto amplamente discutido por Brito (2010) ao tratar das dimensões humanas da atuação em contextos de alta demanda emocional. Assim, a vivência contribuiu para uma compreensão mais crítica e realista da atuação do psicólogo jurídico no contexto institucional.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica; Escuta Especializada; Delegacia; Criança e Adolescente; Limites da Prática.

ISBN: 978-85-88900-14-1

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017.

BRITO, L. M. T. Psicologia Jurídica: temas e reflexões. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2009.

GOMES, L. M.; SILVA, R. P. A escuta de crianças e adolescentes no contexto da Psicologia Jurídica. Revista Brasileira de Psicologia Jurídica, v. 2, n. 1, p. 45–58, 2015.

TRINDADE, J. C.; BEHEREGARAY, L. Psicologia Jurídica: interfaces e práticas. Porto Alegre: Sulina, 2008.

ISBN: 978-85-88900-14-1